

MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E JUVENTUDE¹

Rodrigo Manoel Dias da Silva²

Resumo

Este artigo discute, conceitualmente, alguns nexos interpretativos entre os movimentos sociais e a participação política da juventude no Brasil. Analisa algumas movimentações analíticas sobre movimentos sociais desde a literatura específica. Em seguida, propõe uma reflexão sobre as ambivalências da participação juvenil, entre os espaços convencionais e não-convencionais postos na democracia brasileira. Conclui reconhecendo à pluralização dos espaços participativos da juventude brasileira como esfera de mediação por reivindicações culturais.

1. Texto apresentado à disciplina Atores Sociais, Políticas Públicas e Cidadania junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Unisinos, sob a coordenação do Prof. Dr. Paulo José Krischke. Dezembro/2007.

2. Rodrigo Manoel Dias da Silva é pedagogo (UERGS), mes-
trando em Ciências Sociais (UNISINOS) e bolsista da Coordenação
de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail:
rodrigo_ddsilva@yahoo.com.br

Palavras-chave

Participação Política – Juventude – Movimentos Sociais – Democracia

Abstract

This article discusses conceptually some interpretative connections between social movements and Brazilian youth political participation. It probes some analytical trends of social movements by means of specific literature. Then it proposes reflection on juvenile participation ambivalences between conventional and non-conventional participatory spaces present in Brazilian democracy. In its conclusion, it recognizes the pluralization of those spaces for Brazilian youth, who stand as a sphere of mediation for culture demands.

Key Words

Political Participation – Youth – Social Movements – Democracy

Resumen

En este artículo se argumenta, conceptualmente, algunos nexos interpretativos entre los movimientos sociales y la participación política de los jóvenes en Brasil. Analiza algunas unidades de análisis desde los movimientos sociales en literatura específica. Luego se propone una reflexión sobre las ambivalencias de la participación de los jóvenes, entre los espacios convencionales y no convencionales en la democracia brasileña. Concluye reconociendo a la pluralización de los espacios participativos de los jóvenes brasileños mientras en el ámbito de la mediación de las demandas culturales.

Palabras Clave

Participación Política – Juventud – Movimientos Sociales – Democracia

Considerações Iniciais

O ano de 1988 tornou-se um marco na História Republicana do Brasil porque ficou factualmente lembrado como o ano da consolidação democrática deste país, uma vez que, após longa trajetória de lutas e mobilizações, neste período era consolidada no espaço legislativo

federal a Constituição. Tal documento, em boa medida, recuperou as demandas sociais anteriormente em disputa, o que fez com que esta fosse muitas vezes adjetivada como *cidadã* ou *democrática*. O apeço à democracia e à cidadania assumia o caráter universalista presente no texto constitucional, de maneira que grupos sociais, antes desprovidos do estatuto efetivo de cidadãos, adentraram na esfera de demandas governamentais: as comunidades quilombolas e indígenas, as mulheres, os homossexuais, os idosos, a infância, a adolescência e a juventude.

Desta forma, um novo enredo foi incorporado aos discursos sociais e políticos de então. A Constituição, pois, ao recuperar os valores iluministas da cidadania, ampliou os desafios e as possibilidades de diversos atores sociais em circunstâncias democráticas, para além de suas disputas no âmbito dos movimentos sociais. A condição da juventude urbana é exemplar desta situação. As modalidades de participação política passaram igualmente por reformulações, postulam os conselhos de gestão pública, incorporam-se na agenda política as associações de moradores de bairro e, até mesmo, são abertos outros e novos espaços para a participação política.

A pretensão deste artigo é examinar parcialmente o estado atual da participação política da juventude no Brasil, ao identificar, consoante ao contexto de sua proposição, limites e possibilidades destes grupos sociais em efetivarem direitos e demandas nestas esferas que da Constituinte desdobraram-se. O texto seguirá uma orientação teórico-conceitual, ao revisar, tematicamente, a bibliografia recentemente produzida acerca da relação transversal entre movimentos sociais, participação política e juventude. Neste sentido, identificarei, na seqüência textual, elementos que situam a participação política da juventude no Brasil contemporâneo entre, por um lado, a inscrição em espaços convencionais de participação (como conselhos gestores, por exemplo) e, por outro lado, a elaboração de espaços juvenis de participação para além da outorga estatal. Esta ambivalência entre as modalidades formais e informais de participação é o *locus* onde a problematização deste texto localiza-se.

A linha de reflexão deste artigo interpreta a participação política juvenil como um fato que emerge de um duplo campo de significações, qual seja: as lutas por direitos no âmbito dos movimentos sociais e a ampliação da participação política juvenil nas esferas culturais posteriores à Constituição de 1988. Assim, há uma pluralização dos espaços demo-

cráticos para a juventude na contemporaneidade, sejam estes concedidos sejam estes construídos culturalmente pelos próprios jovens.

Neste sentido, organizo didaticamente o presente artigo em três seções textuais. Na primeira, recupero, desde a literatura específica, a trajetória dos movimentos sociais como espaço próprio de formulação de agendas sociais para grupos diversos, inclusive da juventude. Na segunda, discutirei a ambivalência da participação do/da jovem na sociedade brasileira entre suas modalidades convencionais e não-convencionais. Na terceira seção textual, exporei como proposta analítica deste escrito a pluralização dos espaços de participação democrática da juventude como esfera de mediação por reivindicações culturais.

1. Sobre movimentos sociais

A noção corrente de movimentos sociais aproxima-se daqueles movimentos estudantis do fim dos anos de 1960, na Europa e na América Latina, que mobilizavam esferas distintas da sociedade civil em climas de ebulição e efervescência social. Os jovens e as jovens do período, em relações conflituosas, enovelaram-se em uma *revolta da subjetividade* (Heller, 1998), contra as formas de vida burguesas, contra as restrições a seus estilos pessoais de ser e estar no mundo, e, de toda forma, a favor da igualdade e da liberdade³. Esta geração foi denominada como existencialista por Agnes Heller, devido à rapidez com que a obra de Sartre difundiu-se pela Europa.

Do ponto de vista acadêmico, foi desde os anos de 1980 que iniciaram contribuições mais sistemáticas ao estudo dos movimentos sociais, como objeto de análise sociológica, antropológica e política, e torna-se oportuno mencionar, não obstante a suas diferenciações: Touraine (1984), Heller (1998), Evers (1984), Laclau (1986), Krichke (2003), Melucci (2001) e Scherer-Warren (2006). A formação de um ator coletivo parece ser uma preocupação comum entre estes autores, sendo que priorizam o ingresso na esfera pública ao mesmo tempo em que, cada movimento social, traz no seu bojo uma

3. Segundo Heller (1998), a maioria destas mobilizações centrou-se mais no estatuto de igualdade, notoriamente, em suas causas coletivistas e teleológicas, em detrimento, muitas vezes, da liberdade.

contra-proposta de sociedade. Na seqüência textual, exporei algumas elaborações sobre a análise dos movimentos sociais a fim de ampliar o escopo de entendimento desta categoria, ao iniciar por princípios analíticos elaborados por Melucci (2001), os quais interessam à discussão proposta neste texto.

Conceitualmente, Melucci (2001) sintetizou alguns princípios de análise, sobre os quais se destaca a necessidade de distinguirem planos e significações das modalidades de ação coletiva, o que permite compreender que não se constitui como uma ação unívoca ou desprovida de conflitos, pelo contrário, é conflitiva e polissêmica. Assim, um movimento social não é resposta a uma crise, mas expressão de um conflito (Melucci, 2001) e, por assim dizer, evidencia-se que existe uma aposta em jogo à qual, por teores e sentidos diversos, interessa a ambos. Com relação a este princípio, Evers (1984) afirma que um dado em disputa naquilo que chama de *novos movimentos sociais* seria a identidade; Heller (1998) diria que são os padrões culturais cotidianos; Krischke (2003) menciona que nestas disputas haveria uma progressiva ampliação do regime democrático formal e do Estado de Direito.

Um movimento social é uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, expõe um conflito e remete à ruptura dos limites da inter-relação entre o sistema e o ator, sendo este um segundo princípio (Melucci, 2001)⁴. Tal premissa assume certa similitude ao conceito de movimento social de Touraine (1984):

Termo que não deve designar uma qualquer força de mudança, um qualquer tipo de acção colectiva, mas deve ser reservado aos conflitos realmente centrais, os que põem em causa o controlo social da historicidade, dos modelos de construção das relações entre um conjunto social concreto [...] (Touraine, 1984, p.48).

O movimento social para Touraine é uma unidade central da sociedade que vivia e analisava nos anos de 1980, tentado a romper com o dualismo das análises marxistas centradas nas relações hierarquizadas

4. Uma leitura complementar a este princípio seria encontrada em Krischke (2003, p.123): a própria autoconstituição heterogênea dos movimentos sociais expressa a sua diversidade quanto às experiências de descentramento normativo.

de capital-trabalho e defrontando-se com os desencontros entre ator e sistema. Alguns fenômenos coletivos implicam a presença de um conflito, ou seja, a relação de oposição entre dois ou mais atores que se confrontam para o controle de recursos, aos quais ambos atribuem valor – há valores, normas e princípios de ação em permanente conflitualidade, como os valores democráticos. A disputa por estes valores, no sistema político, está baseada em um sistema de relações, por vezes manifestas no interior de regras partilhadas ou por meio de processos de representação política.

A referida representação política pode distinguir-se segundo o grau de comportamento político (coletivo) que o movimento seria capaz de promover por meio de tipos de conduta. Não podemos deixar de mencionar aquilo que Touraine (1984) afirma sobre estas questões, a saber: que os atores não se limitam a reagir a situações, mas também são produtores destas. Neste particular, mencionaria a ação da juventude em espaços políticos como exemplar desta dinâmica, isto é, os jovens produzem socialmente mecanismos formais e informais de participação.

Um outro princípio ainda lembrado por Melucci (2001) refere-se ao fato de todo movimento concreto trazer em si uma pluralidade de significados analíticos. São buscas complexas e heterogêneas. Assim, cada movimento é um sistema de ação, pois

Os atores constroem a sua ação através de investimentos organizados: definem, isto é, em termos cognitivos, o campo das possibilidades e dos limites que percebem, ativando ao mesmo tempo as suas relações para dar sentido ao seu agir comum e aos objetos que perseguem (idem, p.46).

Portanto, os atores não elaboram definições lineares, mas por meio da interação, da negociação e da oposição de perspectivas diversas, o que remete a uma democratização inconclusa. Krischke (2003), por sua vez, sugere a inconclusão da democracia ao constatar que o processo de democratização pode ser interpretado como emergência e acesso gradual de novos atores à esfera pública e, ao mesmo tempo, analisar os avanços e as lacunas na experiência (movimentos, inclusive) democrática brasileira posterior à Constituição de 1988. No que se refere às contribuições específicas destes movimentos, o autor analisa as diversas possibilidades de convergência de setores da população no Brasil, tendo

por horizonte a democratização⁵, e destaca dentre outras iniciativas: o sindicalismo do ABC Paulista – que fundou a Central única dos Trabalhadores (CUT) em 1979, a formação de novos partidos políticos como o Partido dos Trabalhadores e a fundação de uma coordenação nacional dos movimentos populares (ANAMPOS), fundada em 1980, por movimentos de base da Igreja Católica, sindicatos e associações de bairro. Porém, ao recuperar parcialmente a contribuição de Eder Sader, Krischke afirma que, mesmo entre derrotas e vitórias advindas destas negociações políticas, novas demandas emergiram nas esferas democráticas, o ambientalismo e o feminismo seriam exemplares neste sentido. Reside nesta permanente ampliação das esferas democráticas o caráter de inconclusão da democracia.

Scherer-Warren, em uma visão complementar, analisa a atualidade da questão dos movimentos sociais, uma vez que diagnostica a necessidade de atualização daquelas teorizações do fim do século XX acerca dos movimentos sociais, pois a sociedade civil tem sofrido mudanças e novas configurações o que, segundo esta, explicita a emergência de múltiplos tipos de ações coletivas neste novo milênio, atrelados aos novos atores e cenários políticos. Assim, adentram na pauta destes movimentos: a diversidade identitária dos sujeitos, a transversalidade nas demandas por direitos, o ativismo e o empoderamento através de articulações em rede ou, em última análise, a participação política das organizações em rede (Scherer-Warren, 2006).

Então, se a sociedade civil pode ser interpretada como a representação de diversos níveis de interesses e valores em torno da cidadania, articulada a ações em prol de políticas públicas e sociais, protestos, pressões ou manifestações, então tem aí atualizadas suas noções de movimentos sociais⁶. Neste sentido, a autora tipifica genericamente estes níveis de interesses em disputa na sociedade brasileira. Num primeiro nível, encontra-se o *associativismo local* manifesto em associações civis, movimentos comunitários e sujeitos envolvidos com causas (sociais ou culturais) de seu coti-

5. Segundo Krischke (2003), estes movimentos emergiram pela convergência entre setores das esquerdas, dos sindicatos e das igrejas, o que orientou experiências participativas, de características inovadoras e pluralistas.

6. Neste sentido, Cohen (2003, p.425) ressalta a contribuição de autores como Melucci e Touraine que enfatizaram o aspecto dinâmico, criativo e contestador da sociedade civil.

diano, sendo expressões deste nível as Organizações Não-Governamentais (ONGs) ou o terceiro setor. Sendo exemplares desta situação: os núcleos do movimento Sem-Terra, Sem-Teto, piqueteiros, empreendimentos de economia solidária, associações de bairro. No segundo nível estão as formas de articulação inter-organizacionais, e se destaca os fóruns da sociedade civil, as associações nacionais de ONGs e as redes de redes.

Estes dois primeiros níveis de movimentações na sociedade civil referem-se a dinâmicas institucionalizadas, tendo padrões de participação e regidos por normatizações pré-definidas. Há, porém, um terceiro nível organizacional, aquilo que a autora chama de mobilização na esfera pública. Estas mobilizações são oriundas da articulação de atores em movimentos sociais localizados, das ONGs, fóruns e redes, mas buscam *transcendê-los por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes* (idem, p.112). São formas expressivas de pressão política no mundo contemporâneo. Segundo a mesma autora, são exemplos desta tipificação: a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, o Grito dos Excluídos, o MST e a Via Campesina, a Parada do Orgulho Gay e todas aquelas marchas organizadas, sobretudo nos espaços urbanos.

Assim, Scherer-Warren (2006) chama-nos atenção a dois níveis de mobilização na sociedade: aqueles institucionalizados e os não-institucionalizados, os quais, pela leitura que faço, identifica-se com as trajetórias juvenis nos terrenos da política na atualidade – o que remete à segunda seção textual. Então, nesta seção textual pretendia expor alguns debates sobre movimentos sociais presentes na literatura, com o interesse em expor algumas convergências em torno da articulação entre juventude e participação política, tendo os tais movimentos como elementos desencadeadores da reflexão. Na seqüência, examino, por meio de dados secundários, a condição da participação do/da jovem nestas articulações políticas contemporâneas para além da experiência dos movimentos sociais.

2. As ambivalências da participação da juventude na atual cultura política

Se o tópico acima evidencia-nos a multiplicidade de ações coletivas potencialmente constituidoras de uma democracia inconclusa (Krischke,

2003) e abertas às novas demandas culturais e políticas de nosso tempo (Scherer-Warren, 2006), torna-se oportuno verificar tais condições em análises da juventude brasileira e suas demandas por participação política. Para aportar os tensionamentos desta participação, caracterizo a participação da juventude no Brasil como um espaço de ambivalências, isto é, ambivalência entre a institucionalidade da participação naqueles canais representativos, por meio do Estado ou não, mas que se tornam regulamentados e ocasionam em padrões de participação e, por outro lado, a expressão de culturas de participação envolvidas politicamente em outras causas e demandas por direitos culturais⁷.

A definição desta ambivalência na participação juvenil baseia-se nas reflexões elaboradas por Krischke (2004). Após uma pesquisa nacional que visava identificar as características das formas de participar da juventude, o autor identifica tipos de participação convencional e não-convencional. A participação convencional seria aquela que abarcaria os teores de adesão dos/das jovens à democracia, não descaracterizando uns aspectos formais da questão, como a redefinição do eleitorado brasileiro desde que o sufrágio eleitoral expandiu-se aos votantes maiores de dezesseis anos. Pela pesquisa realizada, percebeu-se que os índices de adesão à democracia não parecem crescer como se esperava na década passada, apesar de certa constância da preferência (metade dos jovens brasileiros) pela democracia a outro regime político. Assim, o autor efetua alguns questionamentos sobre a cultura política do/da jovem, em saber se a adesão do jovem consideravelmente avançou (metaforicamente identificada com um *copo já cheio até a metade*) ou avançou relativamente pouco – considerando os desafios ainda postos nesta democratização inconclusa (também por metáfora, significando *um copo ainda vazio pela metade*).

Esta seria uma questão pendente, nem mesmo seu propositos propõe-se a respondê-la plenamente. Mas há indicadores importantes que fazem optar por uma ou outra metáfora. Desta maneira, optando

7. Por direitos culturais entendo, desde Touraine (2006), aqueles direitos que emergem desde as transformações culturais deste tempo, verificadas na crise da sociedade industrial e de suas instituições socializadoras (e políticas), que permite que seja visualizado, pelo autor, o declínio do social e o postulado de esferas culturais, fazendo com que o autor caracterize a passagem de um ator social a um ator cultural.

pela segunda metáfora, Moisés (in Krischke, 2004) em pesquisa realizada em 2003, expôs uma interpretação sobre o que denominou o *tripé da participação política: educação, renda e ocupação* (Krischke, 2004, p.6). Mas ao levantar hipóteses comparativas com um estudo realizado dez anos mais tarde, o estudo de Krischke (2004) ponderou que a variante educação (ou escolaridade) seria discutível, uma vez que o avanço educativo foi considerável no período, mas o índice de adesão do jovem à democracia permaneceu estável. Sobre a variante renda, sugere-se, outra vez, a necessidade de reconsiderar o tripé proposto por Moisés. Pois,

[.] hoje parece absurdo considerar que, após duas décadas de regime democrático, seja necessário que os jovens tenham cursado o segundo grau, e disponham de renda familiar de pelo menos dois a cinco salários, para que possam declarar apoio majoritário a esse regime político (Krischke, 2004, p. 8).

Acerca da variante ocupação, visualiza-se outra distinção entre a proposição de Moisés e as análises investigativas de Krischke, pois o estudo do primeiro em 1993 apontava para a correlação entre urbanização e adesão à democracia, enquanto que, na perspectiva do segundo, a adesão à democracia foi maior no interior que nas regiões metropolitanas. Mas há também quem invista no inverso da metáfora, ou seja, que já tivemos avanços importantes na participação democrática da juventude. Um destes é Rodrigo Baño, sociólogo chileno, que insiste que frente ao percebido *apoliticismo*⁸ faz-se necessário interpretá-lo qualitativamente, pois, no que diz respeito ao Chile (período do Golpe Militar), afirma que apesar da permanência dos indicadores de apoliticismo seus sentidos haviam modificado. A proposição de Baño (in Krischke, 2004), aproxima-se do contexto brasileiro, ao justificar o caráter heterogêneo que apresenta a não-adesão à democracia, verificado no estudo de Krischke pela inconsistência das opções desinteresse, indiferença ou desconhecimento a várias questões.

8. Expressão utilizada por Rodrigo Baño que pretende significar o teor de não-participação política de um segmento populacional, revelado pela adesão partidária, pelo interesse pela política, além de outros fatores.

Ao reconhecer a heterogeneidade dos sentidos da participação convencional, estudos sobre as formas não-convencionais passam a assumir centralidade. Quanto aos partidos políticos esta questão fica evidente, uma vez que é importante reconhecer o caráter cada vez mais espontâneo, associativo e não-convencional da participação juvenil (Norris in Krischke, 2004, p.16). Diagnósticos de participação não-convencional estão presentes na literatura sobre movimentos sociais, nos quais os jovens são os atores, como evidenciei na seção anterior deste texto.

Se fizéssemos uma analogia entre os estudos de Norris e o contexto brasileiro talvez concluiríamos que:

As energias políticas da geração mais jovem têm se expandido através da participação não-convencional, em lugar de simplesmente regredir à “apatia” ou “apoliticismo” – como erroneamente previam os estudos usuais sobre o tema (Norris in Krischke, 2004, p.18).

Esta ambivalência entre a institucionalidade da participação política da juventude no Brasil (modos convencionais) e a abertura a novas demandas e sentidos culturais (não-convencionais) encaminha a releituras dos sentidos da participação destes atores sociais e permite redesenhar políticas públicas para este segmento populacional. Um destes espaços em que o/a jovem é tido por apático, pouco participativo ou desinteressado é a escola⁹, pois é fala recorrente entre gestores educacionais o descaso do jovem com relação aos canais de participação ali instituídos (Paro, 2007).

Reparo certa convergência à seção textual anterior, pois se vê que a multiplicidade de movimentos sociais contemporâneos, que forjam atores sociais inseridos em dinâmicas culturais, tende a institucionalizar as demandas em conselhos gestores ou conselhos municipais de juventude, não que seja perdido o teor de conflitualidade (Touraine, 1984) destas demandas, mas tendem a sua restrição. Ou seja, há uma dinâmica permanente que tensiona a institucionalização e a ruptura com a institucionalização presente nas políticas de juventude no país,

9. Neste sentido, Gohn (2006) explora as condições da participação em colegiados escolares. A mesma autora reitera que são estes colegiados espaços de aprendizagens que tensionam e mobilizam saberes, algo semelhante ao que Krischke (2003) chamou de aprendizado da democracia.

desta forma ocorre uma continuada emergência de novas demandas na esfera pública por meio de movimentos sociais e à tendência a sua incorporação institucional. Neste sentido, a tese que exponho neste artigo é precisamente o *locus* analítico no qual esta questão parece desafiar academicamente, qual seja: as políticas públicas de juventude no Brasil pulverizam-se nos diversos níveis governamentais (e fora destes) e consolidam-se nos embates entre os âmbitos convencionais e não-convencionais desta mesma participação. Na próxima seção, encerro o artigo ao fazer considerações sobre o caráter plural da participação juvenil nestes tempos.

As pluralidades da participação juvenil (ou Considerações Finais)

Se a participação juvenil situa-se nas ambivalências entre modalidades convencionais e não-convencionais, como discuto neste artigo, faz-se necessário enfatizar características desta relação que evidenciam sua pluralidade. Assim, as modalidades não-convencionais assumem centralidade, pois se identificam com as identidades múltiplas da juventude contemporânea. Entender a juventude nessa assunção identitária, inclusive constituindo-a como demanda de movimentos sociais (Evers, 1984), não significa evocar uma apologia ao liberalismo, mas sim romper com aquelas perspectivas políticas que tendem a homogeneizar o/a jovem em certas condutas ou padrões de participação integrativos (como a categoria eleitor, por exemplo). Tal reflexão sugere, desde Laclau (1986), uma pluralização do social, isto é, a impossibilidade de refletir a sociedade como um modo estável, coerente e integrado, assim como categorias identitárias (como *jovem*) autocentradas, antes, pelo contrário, são instáveis, conflituais e contingentes. Permite compreender uma perspectiva plural, de práticas e sentidos, sobre a participação política do jovem, porque:

Os jovens de hoje querem ser diferentes, pessoais e visíveis. Em outras palavras, o sucesso da ação por eles proposta está relacionada com a assunção das diferenças sociais, com o desejo de transformar sentimentos pessoais e com a eficácia da visibilidade de sua presença (Novaes, 2002, p.53).

Os espaços de participação juvenil são múltiplos e envolvidos em intensas dinâmicas de relação com a democracia. Recuperar, do ponto

de vista acadêmico, a emergência do potencial político da juventude em movimentos sociais, suas efetividades e ambivalências em canais de participação no Brasil hodierno, assim como reconhecer sua pluralização na cultura juvenil contemporânea, exige-nos uma dupla movimentação analítica, qual seja: compreender os movimentos sociais como expressão de uma dinâmica de disputa por interesses sócio-políticos que desarticulam leituras conservadoras e universalistas – o que está para além de uma leitura ativista destes processos; e elaborar proposições políticas e acadêmicas sobre a juventude desde entendimentos plurais de culturas e identidades juvenis (Novaes, 2002).

Levar em consideração estas interpretações sobre a juventude e os movimentos sociais, permite, por um lado, compreender as dinâmicas culturais de nosso tempo e, por outro, contribuir na elaboração de políticas públicas para a juventude mais efetivas na correção das desigualdades que se multiplicam pelo cotidiano da sociedade (Spósito, 2003; Dubet, 2003).

Referências Bibliográficas:

- BAQUERO, M. (1999). *Desafios da Democratização na América latina – debates sobre Cultura Política*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- COHEN, J. (2003). Sociedade civil e globalização: repensando categorias. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Nº 46, Vol. 3. p.419-459
- DUBET, F. (2003). *As desigualdades multiplicadas*. Ijuí: Ed. Unijuí.
- EVERS, T. (1984). Identidade – a face oculta dos novos movimentos sociais. In: *Novos Estudos*. Nº 4. p. 11-23
- GOHN, M. G. (2006). Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. In: *Ensaio: Avaliação, Política Pública e Educação*. Rio de Janeiro, Vol.14, Nº 50. p.27-38
- HELLER, A; FEHER, F. (1998). *A condição política pós moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- KRISCHKE, P. J. (org.) (2000). *Ecologia, juventude e cultura política: A cultura da juventude, a democratização e a ecologia nos países do Cone Sul*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- _____. (2003). *Aprendendo a Democracia na América Latina: atores sociais e mudança cultural*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- _____. (2004). Perfil da Juventude Brasileira: Questões sobre cultura política e participação democrática. *Interthesis*. PPGICH-UFSC p.1-27

- LACLAU, E. (1986). Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 1, Nº 2. p.41-47
- MELUCCI, A. (2001). *A Invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes.
- NOVAES, R. R. (2002). Juventude e participação social: apontamentos sobre a reinvenção da política. In: ABRAMO, H. W.; FREITAS, M. V.; SPÓSITO, M. P. (orgs.) *Juventude em Debate*. 2ª ed. São Paulo: Cortez. p.46-70
- PARO, V. H. (2007). *Gestão Escolar, Democracia e Qualidade do Ensino*. São Paulo: Ática.
- SCHERER-WARREN, I. (2006). Das mobilizações às redes de movimentos sociais. In: *Sociedade e Estado*. Nº 21, Vol. 1. p.109-130
- SPÓSITO, M. P. (2003). *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo: Ação Educativa.
- TOURAINÉ, A. (1984). *O Retorno do Actor – Ensaio de Sociologia*. Lisboa: Instituto Piaget.
- _____. (2006). *Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje*. São Paulo: Vozes.

Recebido em: janeiro de 2008

Aprovado para publicação em: março de 2008